

BANDEIRANTES E PIONEIROS

AS FRONTEIRAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Lucia Lippi Oliveira

RESUMO

O artigo analisa a contribuição da obra de Viana Moog *Bandeirantes e pioneiros* (1955) como um momento significativo da análise comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. Levanta questões relativas à reinterpretação do processo de ocupação territorial representado pela fronteira na construção simbólica de identidades nacionais nos dois países.

Palavras-chave: Brasil; EUA; fronteira; identidade nacional.

SUMMARY

This article examines Viana Moog's *Bandeirantes e pioneiros* (1955) as a significant moment in the comparative analysis of Brazil and the United States. The author raises issues concerning the reinterpretation of the process of territorial expansion as represented by the frontier, in the symbolic construction of national identity in both countries.

Keywords: Brazil; United States; frontier; national identity.

O processo de ocupação do espaço territorial constitui um dos elementos de construção da identidade nacional. Trata-se de tirar do "reino da natureza" as construções simbólicas que lidam com o espaço¹. Essa perspectiva de análise pode ser desenvolvida se trabalharmos comparativamente Brasil e Estados Unidos, tomando a questão da fronteira como fio condutor da releitura do pensamento social brasileiro e norte-americano.

A análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos não é propriamente uma novidade, ainda que haja poucos textos acadêmicos recentes sobre o tema. Os Estados Unidos foram referência explícita de vários pensadores que criticaram a República Velha (1889-1930), como Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, conhecidos como formadores de um pensamento autoritário, mas também Monteiro Lobato, Anísio Teixeira e outros, que se fascinaram com o pragmatismo de John Dewey e pensaram um modelo educacional mais democrático para o Brasil.

A presença americana na história do Brasil foi relativamente pequena se a compararmos com outros países, como por exemplo o México². No caso brasileiro, a primeira referência a esta presença aparece na Inconfidência

Este trabalho foi apresentado no Segundo Encuentro de Latinoamericanos Dedicados al Estudio de los Estados Unidos de America, Cidade do México, 23-25 de setembro de 1992 e no XVI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.

(1) Moraes, Antonio Carlos R. "Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil", *Estudos Históricos*. História e natureza, Rio de Janeiro, n.8, pp.166-176, 1991.

(2) Ver o número especial da revista *Secuencia*, Instituto Mora, n° 20, maio-agosto de 1991.

Mineira (1789), quando o modelo da independência norte-americana se faz notar no ideário dos revoltosos. É preciso lembrar que o nosso século XIX foi um século inglês. Na vinda da família real, no tráfico de escravos, nas finanças, estão presentes o apoio, o controle, a presença inglesa. As questões do alargamento do espaço territorial já estavam basicamente resolvidas, ainda que perdurassem questões referentes à delimitação de fronteiras que seriam decididas no século XX. O conflito político que levou a guerras no Sul, como a do Paraguai, aconteceu também sob supervisão inglesa.

A presença norte-americana se fez marcante no final do século XIX, quando da mudança do regime monárquico para o republicano. A garantia do novo regime pelos Estados Unidos e a adoção do ideário político desse país na Constituição de 1891 podem ser tomadas como pontos iniciais desta influência.

No início da República se defrontavam no Brasil duas forças políticas antagonicas: os republicanos favoráveis aos Estados Unidos, e os restauradores monárquicos guiados pelo modelo inglês. Como nos diz Francisco de Assis Barbosa,

o florianismo cultivava um nacionalismo dirigido principalmente contra a Inglaterra e Portugal, sem alimentar qualquer preconceito anti-ianque. Floriano solicitará a proteção norte-americana para evitar a restauração do regime monárquico³.

Foi também no final do século XIX que se construiu o conceito de América Latina, referido a uma unidade de língua, de cultura e de "raça" dos povos latinos. O objetivo da unidade assim designada era o de se contrapor à expansão americana, que no plano ideológico se expressava no conceito de pan-americanismo.

A presença norte-americana se faz sentir no debate político-ideológico referente ao modelo que deveria guiar a jovem república. Basta lembrar dois autores que em seus livros concentram esta querela da época. Eduardo Prado, com *A ilusão americana* (1893), e Oliveira Lima, com *Pelos Estados Unidos* (1899), representam, o primeiro, o alerta antiamericano, e o segundo, a primeira defesa da sociedade americana como modelo a ser seguido. Monarquista convicto, Eduardo Prado inaugura uma linhagem de pensamento conservador antiamericano, defensor da Igreja e da Companhia de Jesus e também do Império como garantidor da unidade nacional e construtor de uma civilização única⁴.

Para além da defesa dos regimes monárquico ou republicano, passa-se a elaborar uma interpretação sobre as duas sociedades que aborda comparativamente duas questões: o tamanho, a extensão territorial dos dois países, e a experiência da escravidão. A tradição da comparação entre Brasil e Estados Unidos tem como tema constante a questão da escravidão. Se esse é um ponto comum na história de ambos, a diferenciação começa a ser

(3) Barbosa, Francisco de Assis. "Flutuações do pan-americanismo", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 203, abr-jun 1964, p. 103.

(4) Skidmore, Thomas E. "Eduardo Prado: a conservative nationalist critic of the early Brazilian Republic, 1899-1901", *Luzo-Brazilian Review*, v. 12, n.º 2, Winter, 1975, pp. 149-61.

construída a partir da libertação dos escravos. Lá, foi preciso uma guerra civil para que fossem libertados os escravos; aqui, a princesa assina a lei e está realizado o sonho dos abolicionistas. Observações desse tipo fazem parte de inúmeros livros escolares no Brasil até os anos 50.

Tópico igualmente importante na análise das duas sociedades é a relação entre brancos e negros. A crença de que no Brasil a discriminação, o preconceito não existe, ou é menor do que nos Estados Unidos, foi e é recorrente, tendo inclusive marcado acadêmicos norte-americanos e de outras nacionalidades que vieram estudar a Bahia, considerada o campo de observação por excelência dos contatos entre brancos e negros. Ali estiveram, nos anos 30 e 40, Melville Kerskovits, Roger Bastide, Franklin Franzier, Ruth Landes e Donald Pierson, este último a fim de realizar a pesquisa para o seu doutoramento na Universidade de Chicago. As relações raciais entre brancos e negros foram e continuam sendo tema central nas análises comparativas entre Brasil e Estados Unidos.

A extensão territorial dos dois países aparece pouco mencionada, mas constitui pano de fundo do "orgulho" nacional brasileiro. A idéia de que os dois países se equivalem em tamanho de território, sendo o Brasil maior, compõe um ingrediente importante do imaginário coletivo.

Após a Revolução de 30 e principalmente nos anos do Estado Novo (1937-45), teve lugar um processo de construção ideológica em que se procurou demarcar a cultura política nacional sob dois pilares: as raízes brasileiras e a modernização do país.

Nesse processo de busca do que seria genuinamente nacional estiveram em jogo três grandes modelos fundantes da sociedade brasileira: o do patriarcado expresso na casa grande, o modelo "democrático" da bandeira, e o do "espiritualismo" da sociedade mineira⁵. Cada uma dessas correntes apelou para fatos históricos, obteve adeptos e contou com a contribuição de inúmeros intelectuais.

O que nos interessa mais de perto aqui são as bandeiras, movimentos de penetração territorial que alargaram as fronteiras brasileiras muito além do Tratado de Tordesilhas. No Brasil colonial (século XVI ao XVIII), as bandeiras tiveram vários objetivos, entre eles o aprisionamento de índios, a busca do ouro, a guerra contra índios e negros amotinados. Seu principal local de origem era a capitania de São Vicente, hoje São Paulo. Através de vias fluviais e antigos caminhos indígenas, essas expedições ligaram São Paulo à margem esquerda do rio Paraná, fizeram a penetração para o interior e para o norte, e muitas vezes se chocaram com as missões dos jesuítas espanhóis.

Este movimento produziu duas correntes interpretativas: uma que valoriza os bandeirantes como heróis, pela grandiosidade de seu trabalho feito sem apoio real, e outra que os acusa de caçadores impiedosos. O bandeirante é muitas vezes comparado aos conquistadores espanhóis, aos americanos do Far West, aos holandeses da Índias, aos ingleses da Austrália.

E o historiador brasileiro Capistrano de Abreu, em *Capítulos da história colonial* (1907), que configura uma importante temática do pen-

(5) Oliveira, Lucia Lippi. "As raízes da ordem". In: *A Revolução de 30*, seminário internacional. Brasília: UnB, 1983, pp. 505-26.

samento brasileiro explicitada na divisão entre "história do interior" vs. "história do litoral". Esta "história do interior" já estava presente em Euclides da Cunha com *Os sertões*, teria continuidade com Afonso Arinos em *Pelos sertões* e chegaria a Guimarães Rosa com *Grandes sertões: veredas*⁶.

O movimento de penetração e expansão territorial do Brasil colônia vai ser, na segunda década do século XX, objeto de valorização, de reinterpretção, de construção mítica. São os paulistas que, nos anos 20 e 30, querem reconstruir a história da unidade nacional a partir do movimento dos bandeirantes. Podemos citar como parte deste processo os livros de Afonso d'Escragnoille Taunay, *História geral das bandeiras paulistas* (1º vol., 1924, 11º vol., 1950); Paulo Prado, *Paulística* (1925); Alfredo Ellis Jr., *Raça de gigantes* (1926), Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante* (1929); e Cassiano Ricardo, *Marcha para o oeste* (2 vol., 1940).

Entre esses autores, será Cassiano Ricardo o que mais diretamente irá fazer a ponte entre a organização social da bandeira e a "democracia social" pretendida pelo regime do Estado Novo. Paralelamente à discussão sobre os modelos fundadores da sociedade brasileira, os anos 40 assistem à penetração cultural norte-americana como resultado de uma ação política governamental dos Estados Unidos, desenvolvida em um mundo em guerra. A presença norte-americana vai ser intensificada para enfrentar as políticas culturais da Itália, da Alemanha, da União Soviética e do Japão na América Latina e no Brasil. A criação de uma agência, o Office for the Coordination of Inter American Affairs (OCIAA) marca esse momento de ação cultural do governo americano para com o hemisfério sul. Nesse esforço se inseriu o mundo do cinema e, em particular, a visita de Walt Disney ao Brasil em 1941⁷. Foi também nesse contexto que teve lugar um intercâmbio de intelectuais, jornalistas e políticos, que passaram a visitar os Estados Unidos. Alguns deles eram "refugiados" ou se consideravam como tal, já que eram *personae non gratae* ao regime estadonovista.

É ainda nesse contexto que se encontra o autor que escolhemos para analisar neste artigo. Trata-se de Viana Moog, que participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30, mas também da Revolução Constitucionalista de 1932. Por isso mesmo foi preso e, quando solto, foi transferido para o Amazonas, já que era funcionário público federal. Anistiado em 1934, retornou ao Rio Grande do Sul, onde retomou as atividades jornalísticas anteriores e se dedicou à análise literária. Em 1942 realizou uma conferência no Itamarati que seria publicada no ano seguinte, no livro *Uma interpretação da literatura brasileira*. Foi então para os Estados Unidos por um período de oito meses, a convite da Fundação Guggenheim, e aí começou a germinar o trabalho que só se transformaria em livro dez anos depois. Viana Moog foi eleito para a cadeira número 4 da Academia Brasileira de Letras em 1945. Voltou aos Estados Unidos inúmeras outras vezes, permanecendo na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York entre 1946 e 1950. Foi representante do Brasil na Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos (OEA) e membro da

(6) Góes, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 1991, 198 pp.

(7) Moura, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984, 92 pp.

Comissão Social das Nações Unidas em 1961. Foi membro do Conselho Federal de Cultura e faleceu em 1988.

Vamos tomar o livro de Viana Moog *Bandeirantes e pioneiros* (1955)⁸ para exemplificar o tipo de análise desenvolvido pelo autor ao comparar o Brasil e os Estados Unidos.

(8) Aqui será citada a 13ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

O livro é guiado por uma pergunta que acompanha todo o seu desenvolvimento: como foi possível os Estados Unidos chegarem à vanguarda das nações e o Brasil ter um futuro tão incerto? A partir dessa indagação o autor fará a comparação entre as duas "civilizações", assumindo a tese de que os Estados Unidos são resultado do *pioneiro* e o Brasil obra do *bandeirante*. Pioneiros e bandeirantes são figuras históricas, mas trabalhadas como tipos sociais e principalmente como tipos culturais que pertencem ao universo simbólico das duas civilizações.

Viana Moog procura descartar as explicações raciais segundo as quais o progresso norte-americano advém da superioridade dos anglo-saxões sobre os portugueses. Recusa não só a superioridade de raças, mas também qualquer dano resultante da mestiçagem.

Outra linha de explicação apresentada pelo autor é a que procura nos fatores geográficos o progresso da civilização americana em contraste com o atraso brasileiro. As cadeias de montanhas, o sistema hidrográfico, o clima são variáveis examinadas nos dois casos, sendo o saldo positivo para os Estados Unidos. As montanhas Rochosas só tiveram que ser enfrentadas quando os norte-americanos já estavam tecnicamente preparados. Eles, ao contrário de nós, "não tiveram de ficar arranhando o litoral, detidos pela montanha, no limiar da conquista" (p. 9). O Mississipi e seus afluentes banham a maior superfície contínua de terras cultiváveis, ao passo que o Amazonas não prepara terreno para a cultura. O clima frio, similar ao europeu, induz à produção do aquecimento, do carvão, elemento necessário ao primeiro momento do desenvolvimento industrial. O clima tropical, se não é responsável pelas doenças a ele atribuídas, também não é nenhuma maravilha.

Viana Moog finaliza esta discussão afirmando que o Brasil conseguiu vencer os obstáculos do clima, da orografia, da hidrografia e da pobreza do solo, transformando-se na "única civilização tropical realmente mencionável" (p. 25). Isso, basicamente, porque criou uma civilização onde inexistem "problemas raciais intransponíveis" (p. 25).

Nesse momento de desenvolvimento do livro tem-se a impressão de que se está diante de uma versão paralela e semelhante à de Gilberto Freyre.

Viana Moog vai tecendo sua trama apresentando, discutindo e recusando sucessivas explicações causais. Raça (Gobineau), geografia (Ratzel), lei das três fases (Comte), fator econômico (Marx) são apresentados e recusados como explicações monocausais e portanto equivocadas, frágeis para dar conta de processos históricos. Embora recuse estas explicações, o autor parece conferir maior importância aos fatores geográficos, que estão explícita ou implicitamente presentes em vários momentos de *Bandeirantes e pioneiros* e já haviam constituído o fio condutor de sua obra anterior, *Uma*

interpretação da literatura brasileira (1943), onde analisa a literatura separando o Brasil em regiões culturais. Geografia e cultura se somam, se entrecruzam, para fundamentar a argumentação apresentada.

A análise da ética empreendida no capítulo 2 parece reforçar certos atributos positivos da "civilização tropical católica". Weber, Sombart e outros autores são utilizados por Moog no sentido de apontar certas "afinidades eletivas" entre calvinismo, determinismo, racismo, capitalismo e nacionalismo. Ao contrário, haveria associação mais fácil entre catolicismo, livre-arbítrio, fraternidade e pré-capitalismo. Não vamos nos deter aqui neste ponto, e sim no capítulo denominado "Conquista e colonização" que apresenta de forma exemplar a análise comparativa empreendida por Vianna Moog.

O autor vai apresentando as diferenças fundamentais entre "eles" e "nós" quanto ao sentido da colonização. Os primeiros povoadores de lá eram perseguidos na mãe pátria, vieram com a família para fundar uma nova pátria, uma nova Israel, juraram constituir-se em um corpo civil e político para a sua própria preservação. Adotaram formas de trabalho estáveis, realizaram a conquista da terra palmo a palmo plantando vilas e cidades. Chegaram como colonizadores e se tornaram mais tarde pioneiros.

Os primeiros colonizadores daqui eram vassalos do rei, vieram sós, deixando família e amigos, em busca de riquezas. Queriam terras, ouro, para explorar e voltar ricos. Eram desprovidos de virtudes econômicas, de espírito público e de autodeterminação política. Não se fixaram nos territórios percorridos, despovoaram mais do que povoaram. Chegaram como conquistadores e mais tarde se tornaram bandeirantes.

Vamos ver agora como Moog fala do pioneiro e do bandeirante, herdeiros do colonizador e do conquistador. O imigrante, lá, quis ser americano, pertencer a uma nova religião e a uma nova pátria, e legar isso a seus filhos. Através do trabalho regular, "o puritano via a marca do Senhor naquele que prosperava" (p. 180). Tinham o sentimento de *belonging*.

O filho do português (mazombo) nascido no Brasil reivindicava o nascimento no reino. Ia estudar em Coimbra para se fazer português. Vivia no litoral, mentalmente de costas para o país, olhos voltados para Portugal e mais tarde para Paris. Era um europeu extraviado. Em vez de trabalho regular, nada melhor do que uma sinecura, uma pensão vitalícia, e o prazer do jogo. Este equivalia simbolicamente ao veio de ouro, à luta contra o destino. "O mazombo via a marca do destino naquele que acertava" (p. 108). O bandeirante mantinha como princípio de organização social a autoridade, e as virtudes exigidas eram a gratidão, a fidelidade e a valentia.

Este português nascido no Brasil, este brasileiro sem sentimento de "pertencimento"

era um ser contraditório, basicamente um ressentido. Perdeu a capacidade saudável de admirar, nos mais generosos propósitos só via trapaça, fraude, patifaria: honra, ninguém a tinha. Dignidade, patrio-

tismo, compostura, decência, vida limpa, honestidade, grandes propósitos, altas e nobres intenções, nem admitia que se falasse nisso fora do âmbito de sua apreciação corrosiva, fulminante, inapelável, definitiva (p. 112).

Viana Moog vai buscar no período colonial determinadas marcas de origem que ficaram como que impressas no "inconsciente coletivo", no "caráter nacional" das duas civilizações. O pioneiro deu as costas à Europa e ao passado. O passado não o prende, não o subjuga, não o aniquila. Preserva o passado ou o destrói se for necessário. Conserva o que deu certo, configurando o que o autor denomina como "conservadorismo pragmático". O bandeirante manteve os olhos voltados para a Europa e para o passado. Oscila entre ser governado pelos mortos (*à la Comte*) ou arrasar e destruir tudo.

Esses traços básicos de cada um dos tipos podem ser encontrados em outros tópicos. Os americanos têm como seus heróis os mecânicos, os engenheiros, os organizadores, os *managers*, os inventores. Acreditam no valor da atividade manual, crêem no perfeioamento das coisas e das pessoas. Como são profundamente religiosos, atribuem ao dinheiro um valor místico. Como crêem no trabalho manual, têm como *hobby* a jardinagem, a oficina, o laboratório. Ligada à idéia de trabalho está a de ciência aplicada, já que tudo é suscetível de aperfeioamento. Este complexo cultural é reafirmado e passado às novas gerações através da história de Robinson Crusoe.

O homem americano crê na ciência em ação, sabe que a fortuna e o saber se constroem pela constância no estudo ou no trabalho. "A sua paixão não seriam os sistemas filosóficos, sua paixão seria o *gadget*" (p. 135).

Os brasileiros têm como heróis os polígrafos, os eruditos, os diletantes, os detentores da cultura sem finalidade prática imediata. Consideram vergonhoso trabalhar com as mãos e não crêem na virtude de ninguém. Desprezam o dinheiro, seu *hobby* é o jogo e a caça à fêmea. Ligado ao desprezo pelo trabalho manual, valorizam a erudição, o pretense humanismo, a cultura ornamental. O complexo cultural desta civilização latifundiária, escravocrata e bandeirante, é passado às novas gerações através das histórias de Pedro Malasarte⁹. Em vez da "ciência em ação", preferem a "cultura em disponibilidade", já que a fortuna e o saber só serão obtidos a golpe de sorte e de audácia.

Esta tentativa de organizar as categorias comparativas com que Viana Moog tece seu fio narrativo obviamente deixa muitos aspectos de fora. Ele passa pela casa americana, pela figura feminina, pela forma de rezar o "pai nosso", tomando cada uma destas manifestações como expressão da cultura, da "índole" americana.

Em um esforço de síntese, podemos dizer que três eixos são fundamentais em sua análise. Geografia, história e moral definem as diferenças entre as duas civilizações. A relação com o espaço territorial favoreceu os Estados Unidos, assim como o abandono do passado e a crença no

(9) Ver Damatta, Roberto. "Pedro Malasarte e os paradoxos da malandragem". In: idem. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 272 pp.

possível aperfeiçoamento das pessoas e das coisas. Todos esses são traços culturais que se somam para explicar a diferença de ritmo do progresso, geométrico nos Estados Unidos e no Brasil, aritmético. Essa distância que começou a se fazer sentida em meados do século XIX só tenderá a aumentar, nos diz Viana Moog.

Este capítulo, longe de ser a defesa dos atributos de "uma civilização católica nos trópicos", parece não deixar pedra sobre pedra ao analisar o meio geográfico, o peso do passado ou a moral aqui vigente. Se estas são as marcas de origem, vejamos como elas se atualizam e se transformam no plano histórico e simbólico.

"Limpavam a floresta, construíam sua cabana, aravam a terra, proviam sua subsistência, liam a Bíblia, mantinham em suas reuniões o espírito de comunidade evangélica" (p. 138), estes os traços que compunham a imagem do pioneiro, imagem que não correspondia mais aos fatos na Nova Inglaterra desde o século XVIII, quando o comércio e a atividade urbana prosperaram. O espírito pioneiro cedeu lugar ao espírito mercantil dos comerciantes da Nova Inglaterra, ou seja, aos ianques (o dono de estaleiros, o banqueiro, o agente de negócios, o pastor, o pregador, o agiota). Enquanto isso, o Sul tinha o *farmer* (aristocrático, autoritário, escravagista) que ampliava seu império do algodão para o Norte e para o Oeste.

Frente a esses dois mundos, o pioneiro vai sendo imprensado. Para o sulista, o pioneiro é apenas o *poor white*, para o ianque, é o parente pobre que teima em manter sua independência. O pioneiro não tem outra saída senão avançar sobre o território dos índios e dizimá-los.

Esse é o triângulo cultural norte-americano, com cada ponta divergindo econômica, política e socialmente das outras duas. Na luta entre o Norte e o Sul, o pioneiro que vai para o Oeste acaba por se tornar o fiel da balança, e pende para o Norte. O pioneiro é assim o vencedor imediato da Guerra Civil, mas o vencedor a longo prazo é mesmo o ianque que vai conquistando toda a América. Traços como a crença no direito à felicidade, na perfectibilidade da natureza humana (afastando-se de Calvino para se aproximar de Rousseau) conformam a imagem do pioneiro incorporada à imaginação popular e à cultura americana.

Enquanto é esta a imagem que se mantém, outro processo, o de ianquização da América, tem lugar. A paixão pelo novo, a pressa, a uniformização, com a eliminação das diferenças, das peculiaridades: "um americano se vai tornando cada vez menos distinguível de outro americano" (p. 145). A América vai se transformando no paraíso do homem comum. Sem tradição, sem passado, perde a capacidade de incorporar as inúmeras levas de imigrantes que lá chegam. O trabalho, que antes era o meio de conquistar e manter a independência individual, se torna unicamente instrumento de riqueza. "No código moral do ianque o trabalho se justifica por si mesmo, seja de que natureza for, e santifica-se pelo resultado" (p. 146).

Assim, "os arquipélagos culturais fundem-se em continentes e ampliam sua órbita de influência". Este seria o processo em curso nos Estados Unidos. Ele é exemplificado por Viana Moog tomando o caso de Lincoln —

pioneiro exemplar —, que tem sua biografia ianquizada. Moog tem uma biografia de Lincoln, publicada em 1968, onde, além dos dados históricos da vida de Lincoln, procura acompanhar, através das diferentes reconstruções, como essa biografia teria sido ianquizada.

O bandeirante teria sido marcado pelo espírito predatório, extrativista. A não-descoberta imediata das minas e a obstinação em encontrá-las foi o que permitiu o aumento do território nacional, o que marcou a diferença entre portugueses e espanhóis. Estes "tiveram de sofrer mais cedo e por mais tempo o peso das consequências diretas e indiretas que o sonho desvairado da riqueza rápida traz por toda a parte" (p. 167). Entre essas consequências Viana Moog inclui o caudilhismo.

O triângulo cultural norte-americano, pioneiro: *farmer*, ianque: é comparado com o brasileiro: bandeirante, senhor de engenho, jesuíta. O bandeirante empreendeu a corrida do ouro, a caça ao índio, e teve que enfrentar o jesuíta, que lutou contra o seu comportamento moral. A descoberta do ouro nos fins do século XVIII fez a história voltar para o sentido predatório e confirmou a imagem do bandeirante na história brasileira com seus ideais de conquista e de riqueza extrativa fácil.

Pode ser que o bandeirante haja conquistado o sertão, dilatado as fronteiras do Império, mas a defesa da integridade nacional e de sua estruturação normal e espiritual, essa foi obra indiscutível do jesuíta (p. 156).

O senhor de engenho não conseguiu ser celebrado como o foi o bandeirante. Pudera, a história deste tem tudo de uma aventura, de uma epopéia que a literatura consagrou. Mesmo quando dominou a atividade rural do senhor de engenho, o sonho continuou a ser a riqueza rápida e extrativa. O campo nunca exerceu fascinação, e foi só depois do ciclo das bandeiras que se consolidou o estilo patriarcal das fazendas de cana-de-açúcar, de café e de criação de gado, no início do século XIX. "Daí por diante, vai ser acelerada a obra de ruralização da população brasileira, obstruída por três séculos de bandeirantismo" (p. 170).

A riqueza de São Paulo é obra do fazendeiro de café e de uma imigração de tipo pioneiro, e não do domínio anterior do bandeirante. Entretanto, a literatura em torno das bandeiras associa a riqueza paulista à bandeira, atribui ao bandeirante qualidades que ele nunca possuiu, constrói uma imagem idealizada e falsa do bandeirante. É certo que foi o bandeirante quem aumentou o território nacional, mas foram outros (pioneiros) que o povoaram, que trabalharam, que produziram.

Viana Moog questiona as razões por que a literatura sobre as bandeiras, expressa nas obras de Afonso d'Escagnolle Taunay, Alcântara Machado, Cassiano Ricardo, Júlio de Mesquita Filho, Alfredo Ellis Junior, constrói com sucesso o mito do bandeirante.

Há exemplo no "arquipélago cultural brasileiro" de outros tipos sociais que mais contribuíram para a riqueza nacional. Entretanto, o tipo mais prezado e cultuado continua a ser o bandeirante. Moog compara os colonos açoriano, alemão e italiano do Rio Grande do Sul ao pioneiro americano, lembrando que quando o colono chegou a imagem do bandeirante já estava instalada na imaginação popular.

Viana Moog vai percorrendo as regiões culturais brasileiras, mostrando como predomina o tipo do bandeirante. Na Amazônia não há atividade que não seja bandeirante, ou seja, predatória, extrativista, guiada pela miragem da riqueza rápida. Também no Nordeste, o autor encontra estes mesmos traços na migração masculina para regiões que prometem riqueza fácil e rápida. "A imagem idealizada do que emigra para ficar é a imagem orgânica do pioneiro; a imagem idealizada do que emigra para voltar ao ponto de partida é a imagem predatória do bandeirante" (p. 178). Este é o ponto central de Viana Moog. Bandeirante não se refere exclusivamente aos movimentos populacionais acontecidos no Brasil colônia, é sim um traço do caráter nacional que significa estilo predatório e instável.

Se esta é a nossa tradição, o que fazer? Deve-se reexaminar o passado e reinterpretá-lo à luz dos valores atuais. Empreender reformas, a agrária, a econômica, a financeira, a constitucional, mas também a dos espíritos, a reforma ética e espiritual, sem a qual o Brasil continuará a ser "uma sociedade desarticulada, permanentemente à espera de que taumaturgos ou chefes de bandeira mais ou menos providenciais venham solucionar problemas que, a rigor, só as comunidades espiritual, moral e organizada-integradas sabem e podem resolver" (p. 183).

Sintetizando sua argumentação, podemos apresentar o quadro abaixo, onde a comparação realizada indica a oposição e o contraste entre as duas civilizações.

CIVILIZAÇÃO NORTE-AMERICANA	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
determinismo-discriminação	livre-arbítrio/indiscriminação social
puritanismo	deterioração da religiosidade
crença na bondade natural	ser humano como pecador
trabalho orgânico/busca do êxito	preconceito contra trabalho/ desejo de riqueza rápida
temor reverenciai das virtudes econômicas	desprezo pelas virtudes econômicas
culto exagerado do trabalho	despreocupação com aspectos morais da vida
rompimento com o passado	apego ao passado
sociedade apolínea	sociedade dionisíaca

A avaliação positiva do pioneiro e negativa do bandeirante não impede que Viana Moog aponte transformações em curso. Para ele, cada uma das culturas produz tipos de desajustamentos específicos. Os traços positivos da cultura norte-americana são eles mesmos responsáveis pelos desajustamentos e pelas neuroses, configurando sua imaturidade enquanto cultura.

Se as histórias são como são, como Viana Moog vê as perspectivas culturais do Brasil como melhores? Para ele o pioneiro está desaparecendo, e não está se mantendo a boa tradição. No caso do Brasil, o bandeirante estaria desaparecendo, e isso é bom, já que estamos nos livrando de uma péssima tradição.

Para Viana Moog as mudanças e as crises por que passam o protestantismo e o capitalismo configuram uma crise do Ocidente e lhe permitem profetizar: "nova síntese capaz de conciliar conflitos surgirá, não nos países situados na órbita protestante, mas em algum dos países de origem e tradição latina" (p. 240). Aqui o autor se apresenta como descendente da linhagem inaugurada por Eduardo Prado.

Em outro texto¹⁰ fez referência ao livro de Viana Moog *Uma interpretação da literatura brasileira* (1943) como pertencente a uma matriz do pensamento brasileiro que constrói a identidade nacional baseada no espaço, na geografia, no território. Em *Bandeirantes e pioneiros* essa linha de argumentação não é central. Viana Moog, ainda que guardando a importância do espaço geográfico, atribui aos traços culturais a predominância na avaliação do comportamento humano.

A análise comparativa de Viana Moog já tinha sido destacada pelo trabalho de Otávio Velho¹¹ no capítulo referente ao desenvolvimento do capitalismo e à fronteira nos Estados Unidos. Nossa pesquisa, entretanto, se interessa em tratar comparativamente a construção de uma identidade nacional, nos Estados Unidos e no Brasil, tomando como fio condutor a questão da fronteira. Este tema pode se integrar a outro mais amplo, atualizado pelo debate entre Richard Morse e Simon Schwartzman, sobre os traços distintivos das civilizações anglo-americana e ibero-americana.

(10) Oliveira, Lucia Lippi. "Modernidade e questão nacional". *Lua Nova*. São Paulo, n° 20, maio 1990, pp. 41-68.

(11) Velho, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1976. 261p.

Recebido para publicação em março de 1993.

Lucia Lippi Oliveira é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da FGV.

Novos Estudos
CEBRAP

N° 37, novembro 1993
pp. 214-224
